

## Mulheres do Bico do Papagaio: questões de gênero e desenvolvimento regional nos municípios de São Miguel e Axixá<sup>1</sup>

Cynthia Mara Miranda<sup>2</sup>  
*Universidade Federal do Tocantins*

Gleys lally Ramos dos Santos<sup>3</sup>  
*Universidade Federal de Goiás*

### Resumo

Mulheres de diferentes regiões brasileiras têm buscado acessar os diferentes componentes do desenvolvimento. Percebe-se que as mulheres do Sul e Sudeste são mais favorecidas nesta busca, ao passo que aquelas do Norte e Nordeste não o são. Neste artigo, a partir de uma análise bibliográfica e de pesquisa de campo nos municípios de São Miguel e Axixá no Estado do Tocantins, buscamos verificar como as mulheres estão inseridas nesses municípios que compõem a região conhecida como Bico do Papagaio. A pesquisa apontou que o atual modelo de desenvolvimento dos municípios não leva em consideração as questões de gênero, e os movimentos de mulheres estão enfraquecidos e desarticulados, sem condições, portanto, para cobrar da gestão municipal ações que tenham mais impacto na vida das mulheres.

**Palavras-chave:** Mulheres, Desenvolvimento regional, Região do Bico do Papagaio.

### Abstract

Women from different Brazilian regions have sought to access the different components of the development. It is noticed that the women of South and Southeast are more favored in this quest, while those in the North and Northeast are not. In this article, from a literature review and field research in the municipalities of São Miguel and Axixá in Tocantins State, seek to identify how women are entered in these municipalities that make up the region known as the Bico do Papagaio. The survey pointed out that the current development model of counties does not take into account gender issues and women's movements are weak and disjointed, unable therefore to collect municipal management actions that have more impact on women's lives.

**Keywords:** Women, Regional Development, The Bico do Papagaio Region.

---

1 O artigo é resultado preliminar de uma pesquisa sobre desenvolvimento regional e as políticas públicas de gênero na região Norte do Brasil, realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

2 Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2012); Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2007); Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Tocantins (2004). Experiência nas áreas de estudo: mídia e política, movimentos sociais, estudos de gênero, desenvolvimento regional na perspectiva de gênero, políticas públicas de igualdade e políticas públicas de juventude.

3 Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/UFG. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins/UFT. Graduada em Geografia - Bacharelado pela Universidade Federal do Tocantins e em Geografia-Licenciatura pela Universidade Federal do Tocantins.

## Introdução

A região do Bico do Papagaio é uma das oito microrregiões<sup>4</sup> de que é composto o Estado do Tocantins, e pertence, também, à mesorregião ocidental do Tocantins, composta por 25 municípios que, juntos, possuem uma área total de 15.767,856km<sup>2</sup>. Dentre as microrregiões, a do Bico do Papagaio foi a mais marcada durante as décadas de 1970 e 1980 por acirrados conflitos pela posse da terra, cujos resquícios ainda podem ser notados na contemporaneidade. Diferentemente das microrregiões de Porto Nacional e de Araguaína, que apresentam alto potencial de desenvolvimento, a do Bico do Papagaio pode ser considerada uma das mais pobres do Estado do Tocantins, pois não há indústrias ou agroindústrias que possam oferecer mercado de trabalho para a população ou mesmo propiciar uma diversificação produtiva.

Mesmo o comércio não exerce uma função social que garanta a sustentabilidade de renda bem como a melhoria nas condições de vida de seus moradores, posto ser marcado pela migração – muito forte na região, cujos produtos, bens e serviços surgem a partir das demandas desses fluxos migratórios, principalmente alavancada pelas migrações entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins e entres os micromunicípios na Região do Bico do Papagaio. Esta microrregião oferece poucas e, em alguns casos, nenhuma condição para que sua população possa acessar os diferentes componentes do desenvolvimento. De acordo Martins (1996), a região – ainda - se encontra naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre suas terras ‘não ocupadas’, ou insuficientemente ocupadas.

Para Sen (1999), o desenvolvimento de um local ou região não pode ser mensurado apenas pelo Produto Interno Bruto – PIB -, que compreende uma dimensão basicamente econômica, mas deve ser visto também como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. Os componentes do desenvolvimento, para o autor, estariam ligados às liberdades políticas, às facilidades econômicas, aos serviços públicos de qualidade, às garantias de transparência e à segurança protetora. Municípios que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH - em geral não apresentam condições adequadas para que sua população possa expandir suas liberdades, e esse é o caso da Região do Bico do Papagaio. Em razão de suas condições precárias de infraestrutura, do alto índice de pobreza e

---

4 Microrregião de Araguaína, Microrregião do Bico do Papagaio, Microrregião de Dianópolis, Microrregião de Gurupí, Microrregião do Jalapão, Microrregião de Miracema do Tocantins, Microrregião de Porto Nacional e Microrregião do Rio Formoso.

das desigualdades territoriais e sociais, foi selecionada no Estado do Tocantins para composição de um Território da Cidadania, nomeado Bico do Papagaio.

O Território da Cidadania é um programa do governo federal criado em 2008 como uma estratégia para promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, ao saneamento e o acesso à água, à educação, à cultura, à infraestrutura, e ações fundiárias estão sendo articuladas nesses Territórios com participação social e integração entre Governo Federal, Estados e Municípios<sup>5</sup>.

A falta de investimentos em políticas de desenvolvimento<sup>6</sup> regional no Estado e nos municípios gera impactos diferentes para a população, e crianças, jovens, adultos, homens e mulheres vivenciam distintas consequências desta falta, que pode ser visualizada principalmente pela dificuldade da população quanto ao acesso aos serviços públicos em geral e ao mercado de trabalho. Todavia, de acordo com Becker (2000), a prática da luta política representada pela multiplicação de movimentos de protestos organizados em bases territoriais, reivindicando contraespaços, evidencia a importância do lado prático do processo de produção do espaço social - territórios, regiões - e coloca questões quanto a essa construção teórica.

Com esta construção, rompe-se a passividade dos usuários do espaço, uma vez que o urbano, não atendendo aos anseios sociais, deixa espaço para a construção territorial. Nesse sentido, a noção de território remete à ideia de um microcosmo, que inclui diferentes formas de organização da habitação popular e que, ao mesmo tempo, se diferencia da cidade, que é o domínio dos direitos universais, fonte da igualdade e da liberdade; em uma palavra, da cidadania (BURGOS, 2005). Visando sanar partes desses déficits sociais, a Secretaria Estadual das Cidades e do Desenvolvimento Urbano, no ano de 2012, por meio do projeto Consórcios do Tocantins, orientou prefeitos a trabalharem em conjunto na busca de solução para problemas comuns.

A Região do Bico do Papagaio teve o seu consórcio intermunicipal para o desenvolvimento criado e, como presidente, elegeu, no dia 22 de março de 2013, o prefeito de Axixá, Auri-Wulange Jorge. Para o prefeito, o objetivo de sua gestão é mudar a realidade

---

5 Território de Cidadania. Disponível em: [<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/desenvolvimento-territorial/desenvolvimento-territorial/territorio-de-cidadania>]. Acesso em: 04/nov/2013.

6 Desenvolvimento aqui entendido dentro da concepção de um desenvolvimento integral, que se refere ao território em si próprio apreendido em sua posição geográfica, social, política ou econômica. Tal concepção vai além do econômico e da sustentabilidade, e deve incorporar questões do empoderamento da comunidade como impulsionadora da autonomia e das mudanças.

carente da região e, para isso, a entidade vai se focar no desenvolvimento regional, trabalhando parcerias com o objetivo de atender às demandas de cada Município integrante<sup>7</sup>.

Assim, além do Território da Cidadania, que é uma política de desenvolvimento regional do governo federal, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Bico do Papagaio é uma política do governo estadual que, por seu turno, poderá trazer resultados positivos para região. No entanto, é preciso questionar se o tipo de desenvolvimento regional preconizado por essas iniciativas levam em consideração as questões de gênero. Daí a importância da variável território para o tema da democracia popular, pois enquanto os regimes democráticos facultam amplo acesso à liberdade individual e à participação política, a lógica territorial tende a aprisionar seus moradores em espaços controlados, onde faltam condições mínimas para o exercício dos mais elementares direitos civis, a começar pelo direito à integridade física – violência -. O círculo fecha-se quando se considera que é, sobretudo a partir dos territórios, e não da cidade, que o mundo popular constrói suas formas de participação política, em especial a do voto (BURGOS, 2005).

O desenvolvimento regional na perspectiva de gênero implica em um exercício de compreensão sobre o papel exercido pelas mulheres nas cidades. O presente artigo, ao dar destaque à condição de vida das mulheres na região do Bico de Papagaio, especialmente dos municípios de São Miguel e Axixá, investiga a forma como as mulheres estão inseridas nesses municípios para responder se o desenvolvimento na cidade é pensado a partir das pautas das mulheres. Para compreendermos as formas como essas mulheres estão inseridas e têm suas demandas atendidas nos referidos municípios, realizamos, em princípio, leituras sobre a região, do ponto de vista geográfico e histórico, buscando entender a composição social, esta marcada pelo intenso processo de migração e, em um segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo, para embasar a análise bibliográfica.

### **Aspectos sociais e econômicos da realidade dos municípios do Bico do Papagaio**

São Miguel e Axixá são municípios que faziam parte do antigo norte de Goiás e foram desmembrados em 1989, para compor o mais novo Estado, criado pela Constituição de 1988, o Tocantins. Um dos principais motivos que contribuíram para a divisão do Estado de Goiás relaciona-se ao fato de que a divisão garantiria mais desenvolvimento para a região,

---

<sup>7</sup> Prefeito de Axixá, Auri-Wulange, é o novo presidente do consórcio de municípios do Bico do Papagaio. Disponível em: (<http://www.portalct.com.br/politica/2013/03/26/52883-prefeito-de-axixa-auri-wulange-e-o-novo-presidente-do-consorcio-de-municipios-do-bico-do-papagaio>). Acesso em: 2 jan 2014.

tendo em vista que estes e outros municípios ficavam muito distantes da capital administrativa, Goiânia, o que corroborou para que fossem durante muito tempo esquecidos pela gestão estadual.

Esses municípios estão localizados em uma das áreas mais conflituosas do Brasil, a região do Bico do Papagaio, que fez parte do espaço da 'sangrenta' Guerrilha do Araguaia – ocorrida entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970 -, e, neste cenário, constituem como um local de desfechos violentos e fatais, envolvendo a organização militar, os guerrilheiros - na maioria estudantes - e as/os camponesas/es. Além da Guerrilha, a região já agregava outros tipos de conflitos, oriundos, principalmente, dos embates por terras que, por sua vez, foram intensificados a partir da política de avanço da fronteira agrícola, incentivada pelo governo federal e fortemente resistida pelas/os camponesas/es locais.

Mais recentemente, de acordo Silva & Almeida (2006), vê-se o Estado em um grande esforço para fazer parte do agronegócio e, com o aumento da produção e a melhoria na condição de distribuição dessa produção, a tendência é de que o Tocantins passe a ocupar uma posição de destaque nesta atividade, no cenário nacional. Ao analisar esse cenário, tem-se que os projetos que o Governo Estadual desenvolve, através da SEAGRO - Secretaria de Agricultura e Pecuária do Tocantins -, tendem a levar o Tocantins a uma posição de destaque. Cabe ressaltar, porém, que não são somente os investimentos em produção e transporte que levarão a essa posição, posto que serão necessários, também, investimentos na armazenagem, um setor ainda muito carente no Estado, e na industrialização, isto é, é preciso fomentar tanto o agronegócio quanto a logística no Estado.

Do ponto de vista social, compreendemos a região a partir de seus traços intensos de origens camponesas, o que influencia nas atividades que compõem a renda e, mesmo, os hábitos urbanos, e tem nas atividades camponesas/campesinas seu mais forte traço social. Isso ajuda entender, em parte, a presença de assentamentos rurais próximos aos municípios e a presença aí constante dos assentados. Atualmente, os conflitos de terra ainda persistem, confrontando, em principal, moradores da região - posseiras/os, sem-terras. Migrantes, assentadas/os - e as empresas nacionais/internacionais que estão se territorializando a partir de outras políticas de âmbito federal, incentivadas, desta vez, pelas políticas de frentes de expansão.

Estas políticas influenciaram as dinâmicas sociais no campo e as relações campesinas na região do Bico do Papagaio, mas, contrariando a proposta inicial, vieram a acirrar os conflitos sociais, uma vez que, as/os camponesas/es não se viam por essas políticas representadas/os. Assim sendo, não encontraram outra saída senão migrar para os municípios

próximos de suas terras, chegando até mesmo formar pequenos povoados – que mais a frente se tornariam também municípios – influenciando, inclusive, na configuração espacial do Estado do Tocantins, isso se se levar em conta, principalmente, a proximidades entre os municípios e entre os municípios e as terras, lotes ou posses dessas/es camponesas/es. Para se ter uma ideia, a distância entre os dois municípios - São Miguel do Tocantins e Axixá - é de 25 km, sendo que no meio do trajeto temos o município de Sítio Novo.

Uma das características marcantes dos municípios localizados na Região do Bico do Papagaio é a proximidade entre si e a baixa densidade demográfica e, nesta configuração, os municípios de maior densidade demográfica e que concentram as maiores atividades comerciais e serviços públicos da região são Araguatins - cerca de 26 mil habitantes -, Tocantinópolis - cerca de 22 mil - e Augustinópolis - cerca de 16 mil -. De acordo com Becker & Léna (2002), os municípios em que predominava a floresta tropical úmida foram ocupados intensamente desde a década de 1960, quando da construção da rodovia Belém-Brasília e, a seguir, com o projeto geoambiental de ocupação regional. Trata-se da área por onde se iniciou o impacto da imigração de pequenos produtores nordestinos e da expansão de pecuaristas provenientes, sobretudo, do Pará, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Ainda segundo os autores, intenso desmatamento e violentos conflitos marcaram essa ocupação, expressa na devastação da floresta. Já as regiões de Cerrado tiveram ocupação mais antiga, baseada na pecuária tradicional, e só recentemente começam a sofrer agressão com a expansão das lavouras de soja e cana. Hoje, há poucas terras livres e a pobreza e as más condições de vida caracterizam essa área onde predominam a pecuária extensiva e a produção familiar de subsistência. Em contraste, impõem-se ao norte os projetos fundiários por meio das plantações de eucaliptos e madeiras nobres – *teckas* - e, ao sul, a cultura de soja, apoiados na circulação da Ferrovia Norte-Sul e no Terminal graneleiro da Companhia Vale do Rio Doce, localizado em Imperatriz - MA, bem como nas rodovias TO-376/245 e MA-330, que estão sendo pavimentadas para o escoamento da soja. A partir dessas configurações, buscamos contextualizar as condições sociais e econômicas dos municípios de São Miguel e Axixá e seu reflexo na vida das mulheres. A seguir faremos uma breve descrição dos referidos municípios.

### **São Miguel do Tocantins**

Localizado na região norte do Tocantins, o município de São Miguel do Tocantins situa-se entre os municípios de Sítio Novo e Imperatriz do Maranhão e compreende uma área de 408,541 km<sup>2</sup>, com uma população de aproximadamente 10490, segundo dados do IBGE

(2010). Foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São Miguel do Tocantins pela Lei Estadual nº 251, de 20 de fevereiro de 1991. Apresenta um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (0,623, IDH 2010), se comparado ao maior IDH do Estado, que é o da capital Palmas (0,788, IDH 2010). São Miguel conta apenas com três unidades básicas de saúde – SUS - e os hospitais públicos mais próximos fora do estado é o de Imperatriz, a 11 km, e, dentro do Estado, é o hospital de Axixá, a 25 km. No que se refere à segurança pública, o município conta com uma delegacia de polícia, que atende aos mais diversos tipos de demanda, entre elas a violência contra as mulheres, e dois policiais militares são responsáveis pela segurança na sede do município.

No que toca ao lazer, não é possível notar no município a oferta de espaço adequado para as práticas esportivas, pois não existe nenhum parque, e as praças são poucas e mal cuidadas. Uma parte significativa da população do município é beneficiária do Programa Bolsa Família – PBF – e, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, até o período de março de 2013, 2230 famílias estavam inscritas no Cadastro Único para Programas do Governo Federal, e até o mês de maio do mesmo ano foram beneficiadas 1.510 famílias.

Levando em consideração o número de famílias beneficiadas, nota-se a dependência que dele tem uma parte significativa da população municipal, o que demonstra as condições precárias do município, seja na oferta de emprego e educação, seja na qualificação profissional. Nesse contexto, as mulheres são as principais atingidas pela precariedade dos serviços públicos, pois sentem o impacto de forma mais intensa em seu cotidiano e, apesar de o PBF garantir certa autonomia para as mulheres, observando-se aí a realidade do município, o benefício também pode tornar as beneficiárias acomodadas, além de aumentar o tempo gasto por elas com responsabilidades domésticas, já que são as titulares do benefício.

No entanto, o comodismo não pode ser interpretado como algo próprio das mulheres beneficiárias, uma vez que o município não oferece condições de permanência. Casos de pessoas que deixam os municípios para buscar trabalho e qualificação são frequentes, assim como o são os de pessoas que moram em São Miguel do Tocantins e que trabalham no município de Imperatriz, MA. A falta de mobilidade, nesse sentido, torna-se um obstáculo ao empoderamento econômico das mulheres, principalmente daquelas que têm filhos e, em razão disso, não podem se deslocar aos municípios circunvizinhos para trabalhar, já que o município não dispõe de nenhuma creche pública, e a única que estava em construção, foi embargada, sem previsão para finalização.

A economia do município é baseada na agricultura e no extrativismo vegetal, este,

por sua vez, vem sofrendo com o impacto do desmatamento. Uma área considerável do município foi comprada por uma multinacional para produção de madeira nobre com vistas à exportação. Por mais que esse empreendimento tenha gerado oferta de trabalho para a população do município, foram os homens os maiores beneficiados. O trabalho despendido para a produção da madeira envolve atividades extremamente pesadas, cabendo aos homens exercer o trabalho braçal. A consequência das imensas plantações dessa madeira é sentida no número cada vez mais reduzido de babaçuais, que estão cada vez mais dispersos na paisagem do município e que foram durante décadas símbolo da atuação organizada das mulheres do município, que tinham, no coco babaçu, sua fonte de renda e também articulação política.

Hoje, a realidade do município mudou, a mobilização das quebradeiras de coco, forte nos anos 1980 e 1990<sup>8</sup>, vem perdendo força e a maior parte delas são beneficiárias do PBF. Outra característica do município é a presença de vários assentamentos, que, ao todo, são quatorze, e entre eles temos o assentamento Sete Barracas, onde a líder histórica das Quebradeiras de Coco, Dona Raimunda<sup>9</sup>, reside. O acesso aos assentamentos ainda é difícil, pois as estradas não são asfaltadas e as máquinas não passam com frequência, para melhorar o tráfego da população até os assentamentos.

A violência contra as mulheres é também um grande problema social do município, contudo não tem sido foco da gestão municipal o seu enfrentamento e, que é assim, percebe-se pelo fato de que não existe nenhuma Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e nenhum tipo de atividade de conscientização, e a Delegacia de Atendimento à Mulher mais próxima é a do município de Augustinópolis. Desta maneira, as mulheres vítimas de violência em São Miguel relatam esse tipo de crime na Delegacia Comum, que não está preparada e nem estruturada para receber esta demanda. Interessante notar que, durante muito tempo, o trabalho de conscientização sobre a violência doméstica vinha sendo realizado pela Associação das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio – ASMUBIP -, através de eventos e reuniões, cujo público alvo eram as mulheres extrativistas.

---

8 A organização das quebradeiras de coco, enquanto movimento de mulheres, tem uma história reconhecida de sua luta e conquistas. Há mais de 15 anos foi criada a Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio – ASMUBIP -, com o objetivo de unir forças para preservar os palmeirais, que são constantemente ameaçados pelos fazendeiros da região, e para agregar valor ao babaçu e aos seus subprodutos. Nesse período, muitos avanços foram conquistados, como todas as quebradeiras gostam de ressaltar, mas ainda hoje o preço pago pelo coco não oferece um salário digno a essas mulheres. A ASMUBIP foi vencedora, em 2013, do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, na categoria *mulheres*. Apesar do reconhecimento nacional e internacional dado à atuação política das quebradeiras de coco, o movimento vem perdendo força diante dos projetos desenvolvimentistas na região que, diga-se de passagem, não tem como foco o desenvolvimento sustentável, mas apenas o desenvolvimento econômico.

9 Raimunda Gomes da Silva ficou conhecida por lutar pela valorização das quebradeiras de coco no extremo norte do Tocantins desde os anos 1980. Ela rompeu as fronteiras do Brasil. Foi à China, aos Estados Unidos, à França e ao Canadá. A ex-quebradeira de coco também chegou a ser indicada ao Prêmio Nobel da Paz e recebeu o título de doutora *honoris causa* pela Universidade Federal do Tocantins.

O acesso das mulheres às políticas públicas, de modo geral, é limitado ao PBF, pois o município não apresenta uma diversificação na oferta neste sentido, e, além disso, não existe nenhum tipo de iniciativa local voltada para o público feminino além das ações desenvolvidas no âmbito do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS -, que desenvolve atividades com mulheres grávidas e gerencia o Programa Projovem,<sup>10</sup> que é acessado principalmente por mulheres jovens. As políticas públicas do governo federal para as mulheres não chegam ao município, apesar da existência de um Conselho Municipal das Mulheres institucionalizado.

Além dos problemas relatados, cabe mencionar que as liberdades políticas e as garantias de transparências descritas por Sen (1999), como componentes do desenvolvimento, são limitadas no município. Como qualquer município de pequeno porte, localizado longe dos grandes centros urbanos, é comum também em São Miguel que a política local gere uma expectativa/dependência entre a população, já que a prefeitura é detentora de cargos e, portanto 'geradora de empregos', o que, de certa forma, inibe possíveis questionamentos e críticas por parte da população.

Uma questão que corrobora para tal entendimento é o embargo da obra que seria a primeira creche pública do município. Em um município onde a atuação política das mulheres do campo é forte, causa estranheza que tais mulheres não tenham se mobilizado pela conclusão da obra. Como já mencionado, a creche daria mais mobilidade para as mulheres buscarem postos de trabalhos e, até mesmo, qualificação em outros municípios. A creche é uma política pública de igualdade que, além de trabalhar a educação infantil, permite que as mulheres possam deixar seus filhos enquanto estudam ou trabalham. Em agosto de 2013, o prefeito do município teve o bloqueio de bens pela justiça em uma acusação de esquema de fraude de licitações, superfaturamento de obras públicas e outras irregularidades. Foi afastado, mas já retomou o cargo, embora ainda exista a possibilidade de ser cassado novamente – nenhuma manifestação contra o prefeito foi registrada na cidade -.

## **Axixá**

O município de Axixá está situado na zona de influência da rodovia Transamazônica. O povoado teve início em 1953 e em 1963 foi desmembrado de Itaguatins, tornando-se

---

10 O Projovem é um programa de qualificação social e profissional que visa à capacitação de jovens entre 18 e 29 anos, dando a oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

município no antigo norte goiano. Pelo Decreto Legislativo nº 1, de 1º de janeiro de 1989, art. nº 4, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins, o município de Axixá do Goiás passou a ser nomeado Axixá do Tocantins. Segundo dados do IBGE (2010), sua população é de 9.275 e, destes, 7.621 residem na zona urbana, e 1.654, na zona rural, o que evidencia que houve, ao longo dos anos, um crescente êxodo rural na região. O município apresenta um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (0,627, IDH 2010), se comparado ao município de São Miguel, que está em uma posição mais desfavorável.

Axixá conta, segundo dados do IBGE (2010),<sup>11</sup> com duas unidades básicas de saúde – SUS - e um hospital. A segurança pública do município fica a cargo da única delegacia de polícia que atende aos mais diversos tipos de demanda, e da Polícia Militar, que atua no município com um quantitativo de dois policiais. Assim como São Miguel, o número de policiais em Axixá é insuficiente para um município que possui diversos problemas sociais, tais como conflitos agrários, o tráfico de drogas e a violência contra a mulher, entre outros. A população municipal é, em grande parte, dependente dos benefícios sociais do governo federal, entre eles o Programa Bolsa Família que, segundo informações coletadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, no mês de julho de 2013, 1600 famílias eram beneficiárias do PBF, ao passo que outras 400 estavam no cadastro de reserva.

Os principais problemas vivenciados pelas mulheres no município, como a insuficiência de vagas em creches públicas, a ausência de instituição de ensino superior gratuito e cursos de qualificação profissional, impedem que elas possam ser inseridas no mercado de trabalho e garantir, assim, sua autonomia econômica. Com a dificuldade no acesso às oportunidades de qualificação, com vistas a inserção no mercado de trabalho, a autonomia econômica das mulheres de baixa renda passa a ser garantida pelo PBF, dado que o programa lhes dá liberdade sobre o benefício financeiro, posto que são elas suas titulares, apesar das contradições já apontadas. O programa, dessa maneira, reduz os efeitos da falta de oportunidades que essas mulheres enfrentam para ter qualificação profissional e emprego.

Os municípios de São Miguel e Axixá, assim como grande parte dos municípios tocantinenses, não desenvolveram sua vocação para a indústria, e seu setor comerciário não absorve a mão de obra do município, aumentando, então, a dependência da população das políticas assistencialistas, pois se trata de uma economia baseada na agricultura, no agronegócio e no extrativismo vegetal. O acesso das mulheres às políticas públicas é limitado,

---

11 Axixá do Tocantins. Disponível em: (<http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?lang=&codmun=170290&idtema=16&search=tocantins|axixa-do-tocantins|sintese-das-informacoes>). Acesso em: 2 Nov 2013.

uma vez que esses municípios não lhes apresentam uma ampla oferta, com exceção do PBF, e, além disso, em seus Centros de Referência de Assistência Social existe atividades com grupo de grávidas, apenas.

O Projovem, também gerenciado pelos CRAS, é acessado em sua maioria por mulheres jovens. O CRAS desenvolve atividades com as gestantes e oferece cursos de artesanato para as mulheres. O município de Axixá, em 2012, contava com um Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social, e com a mudança de gestão, em 2013, após posse do novo prefeito a secretaria deveria efetuar a eleição para composição de um novo conselho, mas ainda não o fez.

Assim, o conselho continua existindo institucionalmente, mas sem operacionalização, o que traz prejuízo às mulheres do município, que poderiam ter seus problemas discutidos no âmbito do conselho, e esse, por sua vez, poderiam chegar até à gestão municipal para resolução. É bom consignar, também, que as políticas públicas para as mulheres do governo federal não chegam ao município.

### **As mulheres e o desenvolvimento regional no Bico do Papagaio**

A Amazônia é um exemplo vivo da nova geopolítica, e já constitui um desafio para o presente, não mais somente para o futuro. Qual é este desafio atual? A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza, que Kenneth denomina de economia de fronteira, significando, com isso, que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana (BECKER, 2005).

Não obstante a análise de Becker, as políticas de desenvolvimento destinadas para áreas de vulnerabilidades sociais, no tocante a Região do Bico do Papagaio, parecem não surtir efeitos significativos, ao ponto de minimizar os conflitos inerentes ao campo e às melhorias nas condições de vida, que tragam para a população urbana a cidadania tão almejada. Os projetos de assentamentos rurais – Pas -, alguns já consolidados, do ponto de vista da pequena produção familiar e da organização extrativista não têm tido forças suficientes, além de apoio, para enfrentar os projetos inerentes às frentes de expansão territorializadas na região, dentre estas as multinacionais, que desafiam as leis florestais

brasileiras - com aval e financiamentos do Governo Federal -, plantando e cultivando áreas gigantescas de eucaliptos e teckas, sem, contudo, ofertar nenhum retorno social à população local.

Tomando por crivo os municípios de Axixá e São Miguel do Tocantins, esses projetos estão presentes e, de acordo a população local, durante a realização da pesquisa de campo,<sup>12</sup> não há uma função social destinada à região de ocupação dessas multinacionais, mas, ao contrário, os empregos são precários - exigem muita força física - e excludentes - apenas para homens -. Em contrapartida, os projetos de assentamentos e associações locais não conseguem alavancar seus projetos, justamente pelo fato de não haver verbas ou financiamentos disponíveis e que sejam suficientes, tanto para a prática da agricultura familiar quanto para as atividades extrativistas e artesanais. Apesar dos intensos esforços de sindicatos dos trabalhadores rurais e associações, como a ASMUBIP, em desenvolver projetos com foco no desenvolvimento regional e sustentável com financiamento do governo federal, o desenvolvimento que vigora no município é o econômico, e neste tipo de desenvolvimento as mulheres são naturalmente excluídas.

Nota-se que as mulheres do campo, em contraposição às mulheres da zona urbana, dos referidos municípios, estão mais organizadas. Muitas mulheres estão filiadas a Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou até mesmo em associações extrativistas. Em Axixá, por exemplo, a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é uma mulher, Luzanira Lima, que também é presidenta da ASMUBIP. Na zona urbana os movimentos de mulheres estão ausentes e, talvez por isso, seja difícil pautar os problemas das mulheres na gestão municipal, já que não existe nenhum tipo de cobrança por parte da população.

## **Considerações Finais**

As discussões em torno do que é, ou do que pode ser o desenvolvimento regional em uma determinada área ou região, passa pelas negociações com os agentes locais. Não mais é suficiente discutir a territorialização de grandes empreendimentos ou das empresas que trazem em seu rol mais dinâmicas, logísticas e empregabilidade. É necessário que se discuta sobre esse desenvolvimento regional, e a quem ele atende. No caso da Região do Bico do Papagaio,

---

12 No período de 13 a 16 de outubro de 2013, as autoras deste artigo realizaram pesquisa de campo nos referidos municípios, coletando dados sobre as políticas públicas, como PBF, e visitaram a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Saúde, a Câmara Municipal e o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS -.

área sob constantes conflitos e considerada vulnerável do ponto de vista social e econômico, é preciso pontuar e (re)considerar algumas políticas públicas implementadas localmente.

No exercício de (re)pensar, incluímos aí as situações das mulheres na região, sobretudo das mulheres situadas na zona urbana, cujos municípios têm como características serem pequenos – área - e de economia fraca - sem indústria e comércio -, não restando muitas possibilidades sociais para homens e, tampouco, para as mulheres. Nesse sentido, o trabalho de campo nos municípios foi essencial para que a pesquisa tomasse corpo teórico e, nesta direção, a prática não só explicitou o que havia sido compreendido nas leituras, como também apresentou novos dados sobre as condições das mulheres nos projetos e nas políticas públicas.

O desenvolvimento desses municípios não tem como pauta as demandas das mulheres, o que concorre para a afirmação de que aí o desenvolvimento não apresenta perspectiva de gênero. O desemprego e a falta de espaços para qualificação afeta predominantemente as mulheres que, na ausência de oportunidades ao empoderamento econômico, passam a integrar o Cadastro Social Único do governo federal para se tornar beneficiária do Programa Bolsa Família. Além disso, a ausência de creches públicas, em São Miguel, e a insuficiência de vagas nas creches públicas, de Axixá, podem ser consideradas um problema que acarreta na falta de mobilidade das mulheres. A ausência das mulheres nos espaços de poder também é visível nesses municípios, dado que os homens são a maioria dos secretários municipais e as mulheres, quando ascendem aos postos de decisão, são em secretarias ligadas à assistência social e à educação.

Pensar o desenvolvimento regional a partir da perspectiva de gênero implica em um exercício permanente de reinvenção da política que só poderá ser efetivado se houver participação das mulheres na política local, adoção de uma postura pró-igualdade pela gestão municipal e aumento das mulheres nos cargos de decisão na gestão municipal. A partir do momento em que a gestão pública adota tais práticas os municípios podem alcançar o desenvolvimento de forma integral, pois atender as demandas das mulheres significa oferecer a elas oportunidades para uma inserção mais igualitária na sociedade e no mercado de trabalho favorecendo, dessa maneira, o seu empoderamento político e econômico.

### **Referências Bibliográficas**

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Territórios, Cidadania. **DADOS** - Revista das Ciências

Sociais, Rio de Janeiro, vol. 48, nº 1, p. 189-222, 2005.

BECKER, Berta. **Significância Contemporânea da Fronteira**: Uma interpretação Geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, C (Orgs). **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 2000. 250 p.

BECKER, Berta; LÉNA, Philippe. **Pequenos empreendimentos alternativos na Amazônia**. 2002. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20Bertha-Philippe.PDF>. Acessado em: 10 Jan. 2014.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 2 Nov. 2013.

IDH. **Índice de Desenvolvimento Humano 2010**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acessado em: 2 Nov. 2013.

MARTINS, José de Souza. O tempo da Fronteira: retorno e controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e frente pioneira. **Revista Tempo Social - Sociologia USP**: São Paulo, vol 8, nº1, p. 22-70, 1996.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Antenor R. Pedrosa; ALMEIDA, Maria Geralda. O agronegócio e o Estado do Tocantins: o atual estágio de consolidação. In: **Revista CAMINHOS DE GEOGRAFIA**, vol. 8, nº21, p. 28-45, 2006.